

Deutsche
Sparkassen
Leasing do Brasil
S.A. - Sociedade
de Arrendamento
Mercantil

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da Administração

Srs.Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S^{as} as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. Sociedade de Arrendamento Mercantil, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

São Paulo, 11 de agosto de 2016.

A Diretoria

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Diretores da
Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações financeiras nº 3e e 5. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e do patrimônio líquido em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A.
- Sociedade de Arrendamento Mercantil

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Jun.16	Passivo	Nota	Jun.16
Circulante		30.824	Circulante		4.970
Disponibilidades	4	28.200	Empréstimos e Financiamentos	10	714
Depósitos bancários		82	Empréstimos Externos		714
Aplicações financeiras		28.118			
Operação de arrendamento mercantil	5	(56)	Outras obrigações	11	4.256
Operação de arrendamento a receber - setor privado (Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		4.827 (4.772)	Fiscais e previdenciárias		246
	6	(111)	Diversas		4.010
Outros créditos	7	2.680	Exigível a longo prazo		5.509
Diversos		2.650	Empréstimos e Financiamentos	10	2.856
Despesas antecipadas		30	Obrigações por empréstimos externos		2.856
Realizável a longo prazo		-	Outras obrigações	11	2.653
Operação de arrendamento mercantil	4	-	Fiscais e previdenciárias		49
Operação de arrendamento a receber - setor privado (Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		13.982 (13.982)	Credores por Antecipação de VRG		2.604
Permanente		20.660	Patrimônio líquido	12	41.005
Imobilizado de arrendamento	8	18.682	Capital		38.599
Bens arrendados		19.662	Reserva de lucros		2.406
Superveniência de depreciação		197			
Depreciações acumuladas		(1.177)			
Imobilizado de Uso	9	1.978			
Bens de uso próprio		2169			
Depreciações acumuladas		-191			
Total do ativo		<u>51.484</u>	Total do passivo		<u>51.484</u>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A.
- Sociedade de Arrendamento Mercantil

Demonstração dos resultados

Semestre findo em 30 de Junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

	Nota	Jun.2016
Receitas da intermediação financeira		4.178
Resultado de operações de arrendamento mercantil		1.923
Resultado com títulos e valores mobiliários	15a	2.255
Despesas de intermediação financeira		(1.554)
Despesas de Captação		(8)
Operações de arrendamento mercantil	15b	(1.546)
Provisão para operação de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	6	(94)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.530
Outras receitas (despesas) operacionais		(5.158)
Receita de prestação de serviços		17
Despesa de pessoal	15c	(3.503)
Outras despesas administrativas	15d	(1.711)
Despesas tributárias	15e	(173)
Outras despesas operacionais		(185)
Outras receitas operacionais		397
Resultado operacional		(2.628)
Receitas(despesas) não operacionais		(35)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(2.663)
Imposto de renda e contribuição social		(49)
Imposto de renda		-
Contribuição social		-
Ativo fiscal diferido	12b	-
Prejuízo líquido no semestre		<u>(2.712)</u>
Nro. de ações	12	38.598.986
Prejuízo líquido por ação		(0,07026)

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A.
- Sociedade de Arrendamento Mercantil

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de Junho de 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 21 de Outubro de 2015, integralização de capital, início das atividades	38.599	-	-	-	38.599
Lucro do período	-	-	-	5.118	5.118
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	256	-	(256)	-
Reserva de lucros	-	-	4.862	(4.862)	-
Saldos em 31 de dezembro 2015	38.599	256	4.862	-	43.717
Prejuízo do semestre	-	-	-	(2.712)	(2.712)
Compensação do Prejuízo:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	(2.712)	2.712	-
Saldos em 30 de junho de 2016	38.599	256	2.150	-	41.005

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A.
- Sociedade de Arrendamento Mercantil

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 30 de Junho de 2016

(Em milhares de Reais)

	Jun.2016
Atividades operacionais	
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(2.663)</u>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais	
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	94
Depreciação	1.284
Superveniência de depreciação	(130)
Imposto de renda - valores diferidos	(49)
Lucro líquido ajustado	<u>(1.464)</u>
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	<u>49.083</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	48.460
Operações de arrendamento mercantil	(55)
Outros créditos	678
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	<u>(6.072)</u>
Outras obrigações	(6.072)
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	<u>41.547</u>
Atividades de investimento	
Aquisição de bens de uso	(1.178)
Aquisição de bens arrendados	(15.749)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(16.927)</u>
Atividades de financiamento	
Empréstimos	3.570
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>3.570</u>
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>28.190</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do semestre	10
No fim do semestre	<u>28.200</u>
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>28.190</u></u>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil (“Leasing” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 através do Ofício 17022/2015. A integralização do capital foi realizada em 21 de outubro de 2015 (data de início das atividades). Em função desta data, as Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2016 não estão sendo apresentadas de forma comparativa.

A Instituição tem por objeto social a prática exclusiva de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor e a celebração de contratos de arrendamento mercantil iniciou-se em dezembro de 2015.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na Legislação Societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e a apresentação está de acordo com o requerido pelo Banco Central do Brasil, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 11 de agosto de 2016.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas de natureza financeira são apropriadas pelo método exponencial.

As receitas relativas a operações em moeda estrangeira são apropriadas pelo método linear.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores há 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

d. Ativos circulante e realizável a longo prazo

Títulos e valores mobiliários

Conforme regras estabelecidas pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, a carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados ao resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

e. Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (a) Não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização prefixada.

As operações de arrendamento mercantil são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

- **Arrendamentos a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
- **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.
- **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com o prazo do contrato, deduzido do valor residual garantido para as operações de arrendamento financeiro ou deduzido pelo prazo de vida útil estimada dos bens, para as operações de arrendamento operacional.

A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada no resultado de operações de arrendamento mercantil.

- **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do 1.º semestre de 2016 uma superveniência de depreciação no valor de R\$ 130. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 197. O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento.
- **Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo).

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 20% para contribuição social sobre o lucro líquido.

g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como: Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes-** São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes-** São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.

- **Obrigações legais**- São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. No semestre findo em 30 de junho de 2016 não houve registro de provisões decorrentes de obrigações legais.
- h. Empréstimos** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia
- i. Imposto de renda e contribuição social diferidos**
A Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e a Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional, determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:
 - Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
 - Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

No semestre findo em 30 de junho de 2016 não houve registro de créditos tributários.

4 Disponibilidades

O valor refere-se a depósitos em conta corrente bancária R\$ 82 e aplicações financeiras de liquidez imediata junto ao Banco Itaú-Unibanco, com prazo de vencimento imediato e taxas que variam entre 70% e 99% da variação do CDI, no montante de R\$ 28.118.

5 Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não pagas. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais e somam em junho de 2016 o valor de R\$ 16.133. Os valores registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo, referem-se respectivamente à somatória das contraprestações a receber de operações de arrendamento em até 365 dias (R\$ 4.827) e após 365 dias (R\$ 13.982). Os valores recebidos antecipadamente dos clientes por conta do valor residual garantido estão registrados no passivo realizável a longo prazo na conta credores por antecipação de valor residual e o montante em junho de 2016 é de R\$ 2.604.

Carteira de Arrendamento Mercantil:

a. Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Setor Privado - Pessoa Jurídica	R\$
Serviços e outros	<u>16.133</u>

b. Composição da Carteira por faixa de vencimento

Período	R\$
Até 90 dias	769
Até 365 dias	2.385
Acima de 365 dias	<u>12.979</u>
Total	<u>16.133</u>

c. Composição da Carteira por tipo de equipamento

Descrição	R\$
Máquinas e equipamentos	15.169
Veículos e afins	<u>964</u>
Total	<u>16.133</u>

d. Composição da Carteira por moeda e indexador

Descrição	R\$
Contratos em reais prefixados	12.562
Contratos em euros prefixados	<u>3.571</u>
Total	<u>16.133</u>

6 Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99, em 30 de junho de 2016 estavam assim distribuídos.

Classif .Risco	Valor Presente Carteira	Alíquota provisão	Valor da provisão
Risco AA	1.463	0%	-
Risco A	9.157	0,5%	46
Risco B	5.029	1,0%	50
Risco C	<u>484</u>	<u>3,0%</u>	<u>15</u>
Total	<u>16.133</u>		<u>111</u>

Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2015	(17)
Constituições	(94)
Baixas	-
Reversões	-
Saldo em 30/06/2016	(111)
Baixas para prejuízo	-
Renegociações	-
Recuperações	-

7 Outros créditos

	Jun.2016
Adiantamentos Despesas Pessoal (a)	129
Adianto. por conta de Imobilizações (b)	2.476
Impostos a Compensar	45
	<hr/>
Total	<u>2.650</u>

(a) Antecipações de Férias e 13o.Salário

(b) Referem-se a adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

8 Imobilizado de arrendamento

Descrição	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	18.457	(1.161)	17.296
Veículos e Afins	1.205	(16)	1.189
Superveniência de Depreciações	-	-	197
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	<u>19.662</u>	<u>(1.177)</u>	<u>18.682</u>

A depreciação é calculada em função dos prazos dos contratos de arrendamento e baseada no valor residual estimado dos bens ao final dos contratos.

9 Imobilizado de Uso

Descrição	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Instalações	750	(55)	695
Móveis e Utensílios	257	(13)	244
Equip.Informática	86	(7)	79
Veículos e Afins	786	(92)	694
Software	290	(24)	266
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	<u>2.169</u>	<u>(191)</u>	<u>1.978</u>

s bens do Imobilizado de Uso são depreciados às seguintes taxas anuais:

Instalações	5 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos
Software	5 anos

10 Obrigações por empréstimos externos

As obrigações por empréstimos externos correspondem a captações junto à Deutsche Leasing Funding B.V. e estão sujeitas a encargos financeiros correspondentes à variação cambial acrescidos de juros remuneratórios que variam de 0,79% a 1,20% ao ano e têm vencimento final em junho de 2021, como demonstrado a seguir:

	Jun.2016
Circulante	714
Exigível a longo prazo	<u>2.856</u>
Total	<u>3.570</u>

11 Outras obrigações

Fiscais e previdenciárias:

	Jun.2016
Impostos e contribuições s/salários	204
Cofins a pagar	19
Impostos e contribuições s/serviços de terceiros	13
Outros	7
PIS a pagar	3
Total Circulante	246
Provisão imposto de renda diferido (a)	49
Total Exigível longo prazo	49

(a) Provisão do imposto de renda sobre superveniência de depreciações

Diversas:

	Jun.2016
Fornecedores	2.593
Despesas com pessoal	668
Adiantamento de Clientes	577
Auditoria externa	169
Outros	<u>3</u>
Total Circulante	<u>4.010</u>

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital Social é de R\$ 38.599 e está representado por 38.598.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue:

Acionista	Nro.ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co Kg	36.669.036	36.669
Deutsche Objekt Leasing GmbH	1.929.950	1.930

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art.189 da Lei 6.404/76.

13 Contingências

A Instituição não é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis, que possam ser classificadas pela administração como perda possível ou provável.

14 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas da Instituição podem ser assim consideradas: os administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho de Administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Instituição, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador.

Em 30 de junho de 2016, a Instituição mantinha operações de empréstimos externos com a empresa Deutsche Leasing Funding B.V., conforme descrito na nota 10.

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, os gastos com remuneração dos administradores e gerência da Instituição somaram R\$ 769.

15 Composição das principais contas de resultado

a. Resultado de títulos e valores mobiliários

	Jun.2016
Rendas com LFT's	1.776
Rendas aplicações financeiras	<u>479</u>
Total	<u><u>2.255</u></u>

b. Despesas de arrendamento mercantil

	Jun.2016
Depreciação de bens arrendados	1.109
Variações cambiais	414
Outras despesas de arrendamento	<u>14</u>
Total	<u><u>1.546</u></u>

c. Despesas com pessoal

	Jun.2016
Salários	1.434
Encargos trabalhistas	854
Férias e 13.o salário	683
Assistência Médica e Odontológica	236
Seleção e treinamento	111
Outras despesas de pessoal	<u>185</u>
Total	<u><u>3.503</u></u>

d. Outras Despesas Administrativas

	Jun.2016
Aluguéis e Condomínio	243
Manutenção e conservação	27
Processamento de dados	117
Serviços do sistema financeiro	57
Serviços de terceiros	256
Serviços técnicos especializados	799
Despesas de transportes	54
Outras despesas administrativas	<u>159</u>
Total	<u><u>1.712</u></u>

e. Despesas tributárias

	Jun.2016
ISS	29
PIS	20
Cofins	<u>124</u>
Total	<u><u>173</u></u>

16 Outras informações

- a.** A Instituição não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2016.
- b.** A administração da Instituição declara que não tem conhecimento de eventos subsequentes que tenham efeitos financeiros relevantes na demonstração financeira do semestre findo em 30 de junho de 2016.
- c.** A Instituição está obrigada a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 9,875%. O índice de Basileia calculado para o semestre findo em junho de 2016 é de 92,14% para o índice básico e 74,56% para o índice amplo.
- d.** A administração de Instituição considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são definidos em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são:
- (a) Riscos Operacionais:** Conforme Resolução CMN 3380/2006, a Instituição considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais a Instituição possa estar exposta, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas.
- (b) Riscos de Mercado:** Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da Instituição. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais.

- (c) **Riscos de Liquidez:** A Instituição monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a administração, e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa.
- (d) **Riscos de Crédito:** De acordo com a Resolução 3721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais da Instituição, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Instituição.
- e. A Instituição não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários.

* * *

A Diretoria

Ubiratan Dantas Felizatto
Contador CRC 1SP143431/O-3